

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 08/01/2010 Edição nº 40

# Centrais Sindicais e Ministério do Trabalho fecham projeto sobre terceirização

O anteprojeto de lei sobre terceirização, elaborado pela CUT em conjunto com as demais centrais e governo, foi entregue ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, esta semana. O ministro se comprometeu com as centrais a encaminhar o texto à Casa Civil com pedido de urgência.

Resultado da pressão da CUT e das centrais durante a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, o PL foi produzido por um Grupo de Trabalho composto pelas centrais sindicais e Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura, “qualquer alternativa que pretenda proteger os direitos dos trabalhadores é válida”. Ele lembra que a terceirização é uma prática constante e que dificilmente será banida do cenário trabalhista brasileiro.

“O que precisamos fazer é garantir uma legislação capaz de proteger os terceirizados de práticas comuns hoje em dia, como o calote, as demissões não-indenizadas e a diferença de tratamento em relação aos

funcionários efetivos”, alertou.

Boaventura acrescentou ainda que o objetivo de todas as entidades representativas dos trabalhadores é extinguir do país a prática de precarização das relações de trabalho no Brasil.

O diretor da CNTV Roberto Miguel, que representou a CNTV no encontro, lembrou que a Confederação dos Vigilantes foi a única presente ao encontro. Para ele, o encontro foi histórico “porque, além de demonstrar a união de todas as Centrais Trabalhistas em torno da proposta, conseguir assegurar que o Projeto seja enviado ao Congresso como uma proposta de governo”.

O texto do PL será encaminhado pela Casa Civil ao Congresso Nacional. Entre os principais pontos estão a responsabilidade solidária, a proibição da terceirização na atividade-fim e a exigência de comprovação de obrigações trabalhistas junto às empresas tomadoras de serviços.

O texto do PL será encaminhado pela Casa Civil ao Congresso Nacional. Entre os principais pontos estão a responsabilidade solidária, a

proibição da terceirização na atividade-fim e a exigência de comprovação de obrigações trabalhistas junto às empresas tomadoras de serviços.

Os empregados terceirizados são contratados por uma empresa para prestar serviços em outra empresa ou em órgãos públicos. Pelo projeto, elaborado durante cerca de um ano de discussões, a empresa tomadora de serviço é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive no caso de falência da prestadora de serviços.

Outro ponto é a proibição para que os terceirizados sejam contratados para atividade-fim da empresa. A empresa tomadora ainda terá que prestar controle mensal do pagamento aos empregados, do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de contribuição previdenciária à empresa que contrata os serviços.

Com informações da CUT e da Agência Brasil

### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira  
Jornalista responsável: Giselle Chassot RP - 2042/DF  
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: [www.vigilantecntv.org.br](http://www.vigilantecntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3225-9683  
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11  
Brasília - DF